

Oposição discute condições para negociar entendimento

**Franklin Martins e
Raymundo Costa**
da AE

A proposta de entendimento nacional começa a produzir resultados no Congresso, onde algumas das principais lideranças do PSDB, PDT e do PMDB, todos partidos de oposição, já discutem como viabilizar a conversa com o Executivo. Se o Presidente da República quiser mudar os rumos de seu governo, o PDT está interessado em discutir, afirma o líder do partido na Câmara, Vivaldo Barbosa (RJ). Em primeiro lugar, nós precisamos afinar nossa viola aqui, no Congresso, e depois, conversar com o governo, faz coro o senador José Richa (PSDB-PR), uma das estrelas dos tucanos no Parlamento.

As conversas envolvem ainda o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), nome que as pesquisas indicam como o parlamentar com maior influência no Congresso, e já passaram até pelo governador eleito do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT), que tem se mostrado suscetível à idéia. Com exceção do prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, e do sociólogo Hélio Jaguaripe, ambos do PSDB, que defendem a participação no governo, as demais lideranças partidárias trabalham com a idéia do entendimento multilateral em torno de um programa mínimo. Nada de cargos no Executivo.

Um diagnóstico básico leva oposições a aceitar discutir o entendimento, segundo o senador Richa, que cita os seguintes pontos: a) O País e as oposições, necessariamente, conviverão com o atual governo por mais quatro anos; b) a base de sustentação política do presidente Fernando Collor no Congresso é, numericamente, inferior à oposição e, politicamente inexpressiva; c) sozinho, o governo ficará entregue a insuportáveis pressões fisiológicas e corporativas, podendo cair nos braços da direita; d) o atual plano econômico acaba em

90 dias (esse é o prazo dado pelo Congresso para que seja apresentada uma política salarial permanente).

Contatos

O líder do PSDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), já iniciou contatos preliminares com outros líderes partidários, inclusive Brizola e Ulysses Guimarães. Richa e Vivaldo Barbosa, por outro lado, alinhavaram o que consideram os pontos mínimos em torno dos quais a discussão deve começar. Na opinião de Richa, é fundamental a decisão sobre a implantação do parlamentarismo, a partir de 1993 (com o presidente Collor, pois ninguém quer destituir-lo), já que este é o único sistema de governo capaz de provocar o entendimento político. O pacto passaria, também, por um plano de estabilização econômica, imediata e outros de médio e longo prazos.

Vivaldo Barbosa, pelo PDT, relaciona a revisão das políticas salarial e educacional, a retomada do desenvolvimento e mudanças nas relações econômicas internacionais, como o pagamento de royalties e remessas de lucros. São itens que o governador Brizola, em conversa com políticos, também tem considerado como suficientes para caracterizar a mudança de rumos do Governo Collor.

Os líderes acham que há clima para a discussão, mas identificam, no momento, dois obstáculos a serem vencidos. O primeiro é o confronto que está sendo criado em torno da votação do projeto que regulamenta a edição de medidas provisórias. Segundo, as discussões têm de amadurecer rapidamente, antes que o Plano Collor II fracasse e o quadro político fique muito instável.